

Fernando Molica

Vieira ajudou ministros

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) errou feio ao pedir o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República — e só dos quatro — numa CPI dedicada a apurar o crime organizado. É como se carimbasse na testa dessas autoridades o carimbo de quadrilheiros.

Há motivos para, em maior ou menor grau, desconfiar de atitudes tomadas por Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Paulo Gonet: mas onde estão os demais, integrantes ou chefes do crime organizado no país? Há, no próprio Congresso Nacional, pessoas tão ou mais suspeitas que os citados. Bastava abrir o jornal para Vieira engordar sua lista.

Isso, sem falar em notórias organizações criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho, e de dezenas de outras. A CPI teria feito um grande trabalho se ao menos tentasse mostrar as ligações dessas quadrilhas com tanta gente poderosa que as viabiliza. Pessoas ligadas à estrutura do Estado — não apenas à polícia — e a grandes empresas.

Delegado de polícia, Vieira sabe muito bem a falácia que é concentrar esforços no combate à face visível do crime, a espalhada nas periferias e no alto de favelas. Mas perseguir ligações entre os níveis de estruturas bandidas dá trabalho, requer esforço, investigação, cruzamento de dados; seria quase impossível uma CPI fazer isso, mas não custaria nada apontar caminhos e indicar alternativas.

Vieira, porém, tratou de inverter o mote consagrado em “Casablanca”: ao invés de prender os suspeitos de sempre, tentou indiciar os suspeitos da moda, autoridades — especialmente Moraes e Toffoli — que devem explicações no caso do Banco Master. Fez como Alfredo Gaspar (PL-AL), rela-

tor da CPMI do INSS, ao pedir, sem evidências, o indiciamento de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Lula.

Ao agir à moda Lava Jato, Vieira surfou na mesma onda política de Sérgio Moro e de Deltan Dallagnol; um tipo de erro que, no limite, favorece os próprios suspeitos: os ministros incluídos na lista têm agora uma ótima razão para alegarem que, no fundo, as alegações contra eles não passam de uma perseguição ao Poder Judiciário.

Como policial, o senador sabe que culpados adoram quando, no meio da confusão, são alvo de uma acusação injusta — passam a usá-la como prova de inocência.

Assim, a trapalhada cometida pelo emedebista dificulta a mais do que necessária reavaliação institucional do STF, que, tendo sido essencial na preservação da democracia, não soube se readequar; entre seus integrantes há os que se acham donos de poderes ilimitados, como se, em jatinhos virtuais, voassem acima de qualquer turbulência.

O erro de Vieira só ocorreu porque integrantes do STF deram margem a suspeitas, cometeram gestos que são, no mínimo, impróprios para integrantes de uma suprema corte. Uma coleção de fatos que inclui presença em eventos desnecessários, quase sempre patrocinados por gente enrolada em processos, e o estímulo à uma espécie de advocacia de parentela, em que o sobrenome do defensor é mais relevante que seu talento.

Quase todos os envolvidos pisaram na bola, ministros não agiram como membros do STF, Paulo Gonet, o procurador-geral da República, parece ter incorporado a lógica engavetadora de Augusto Aras e Geraldo Brindeiro. E o delegado Vieira atuou apenas como político.

Tales Faria

Flávio faz acordo contra candidata do PL e Motta paga dívida ao PT

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu uma demonstração pública de fidelidade ao governo e ao PT nesta terça-feira, 14, durante a campanha para eleição direta do representante da Casa no Tribunal de Contas da União (TCU).

Ele pagou a promessa de apoio a um candidato do partido governista para o cargo em troca do apoio do Palácio do Planalto à sua eleição para o comando da Casa, em fevereiro do ano passado. O nome escolhido pelos petistas foi o do ex-líder da bancada Odair Cunha (MG).

A estratégia adotada por Hugo Motta foi a de incentivar o lançamento do máximo de candidatos para evitar uma polarização que poderia beneficiar a oposição.

Para isso, ele primeiramente convenceu os líderes que o apoiam a apresentar nomes de seus partidos. Como a eleição é em apenas um turno, a tendência, com vários candidatos, seria a vitória de quem teria o seu apoio e do governo.

Um dos candidatos, Gilson Daniel (Podemos-ES), denunciou da tribuna. “Eu sei que cada deputado aqui foi chamado a votar de acordo com o que foi acertado entre líderes; sei que todos nós sabemos o que houve aqui”, denunciou, se dizendo candidato independente.

O acordo era de conhecimento de todos os parlamentares na Casa. Motta chegou a insistir com alguns candidatos, pessoalmente, que participassem do combinado. Nem sempre conseguiu convencer,

mas, em alguns casos ficou seguro - e satisfeito - ao saber que não haveria desistência.

Um dos candidatos, a quem ele visitou em casa na segunda-feira à noite foi Danilo Forte. Mas ele respondeu que sua candidatura era “para valer” e que faria campanha para derrotar o nome do PT. “Vou até o final, pode escrever” disse Fortes à coluna antes da votação. E cumpriu.

A oposição, liderada pelo PL, entendeu a estratégia de Hugo Motta. O próprio candidato do partido a presidente da República, senador Flávio Bolsonaro (RJ), entrou na campanha. Para tentar diminuir o número de candidatos. Ele procurou seu amigo de longa data e presidente nacional do União Brasil, Antonio Rueda. Propôs fecharem acordo de desistência da candidatura de Elmar ou de Soraya para unificar a oposição.

Flávio já tinha conseguido, pouco antes, a desistência da candidata do partido Novo Adriana Ventura (SP). Estavam inscritos como candidatos até o início da sessão de votação seis nomes:

Danilo Forte (PP-CE), Hugo Leal (PSD-RJ), Elmar Nascimento (União-BA), Gilson Daniel (Podemos-ES), Odair Cunha (PT-MG), Soraya Santos (PL-RJ), e Soraya Santos (PL-RJ).

Mas Elmar anunciou logo no início que Soraya anunciaria o acordo entre o PL e o União Brasil. Ou seja, que um deles desistiria, conforme Flávio e Rueda acertaram. Foi o que a deputada fez, argumentando que os dois chefes partidários acertaram que indicariam uma mulher para a “próxima vaga do TCU e do STJ” (Superior Tribunal de Justiça).

Juliana Rodrigues*

Cresce a oferta de cuidados paliativos no Brasil - mas quem garante a qualidade desse atendimento?

O Brasil tem ampliado de forma significativa a oferta de cuidados paliativos nos últimos anos. Entre 2022 e 2025, o número de programas no país saltou de 234 para 423, um crescimento de 88,8%, segundo dados do Atlas Nacional de Cuidados Paliativos, elaborado pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP), e apresentados essa semana no Anhembi, em São Paulo.

O avanço é relevante e indica que o tema começa a ganhar espaço na estrutura de saúde. Mas os próprios dados trazem um alerta importante: cerca de 65% desses serviços não atendem aos critérios mínimos para serem considerados especializados. Em outras palavras, cresce a oferta, mas não necessariamente a qualidade.

Essa diferença não é apenas técnica. Ela revela um problema mais profundo: a distância entre a existência do serviço e a capacidade real de atendimento.

Os tratamentos paliativos exigem uma abordagem estruturada. Não se resumem ao controle de sintomas. Envolvem equipe interdisciplinar, acompanhamento contínuo, suporte emocional e respeito às decisões do paciente. Quando esses elementos não estão presentes, o que se oferece não é, de fato, acompanhamento paliativo, é uma versão incompleta dele. E é nesse ponto que o debate precisa avançar.

O sistema de saúde brasileiro ainda carrega uma lógica baseada na ampliação de números. Mais serviços, mais programas, mais cobertura. Mas pouco se discute sobre a efetividade dessa entrega. Ter um serviço disponível não significa que ele está preparado para cumprir sua função.

Outro dado do próprio levantamento reforça essa fragilidade: a concentração dos serviços em determinadas regiões. O Sudeste reúne cerca de 40% dos programas, enquanto o Norte conta com apenas 3%. Isso evidencia um acesso desigual, que depende diretamente da localização do paciente.

Quando se observa a proporção por habitante, o cenário também preocupa. O país ainda está abaixo das recomendações internacionais, que indicam a necessi-

dade de pelo menos dois serviços para cada 100 mil pessoas. Ou seja, além de desiguais, os serviços ainda são insuficientes.

Há ainda um aspecto que merece atenção: mesmo em unidades onde esse tipo de suporte deveria estar plenamente estruturado, como centros de alta complexidade em oncologia, há sinais de que os requisitos mínimos não são atendidos de forma consistente. Isso aponta para um problema que vai além da oferta, envolve organização, qualificação e fiscalização.

Na prática, quando o sistema não responde, o caminho acaba sendo outro. Pacientes e familiares recorrem a medidas judiciais para garantir um atendimento adequado. Esse movimento não é novo, mas, nesse contexto, ele revela algo importante: não se busca acesso, mas qualidade.

Esse é um ponto central. O debate sobre cuidados paliativos não pode ficar restrito à ampliação da rede. Ele precisa incluir critérios claros de funcionamento, formação profissional e responsabilidade na prestação do serviço, principalmente em âmbito domiciliar, o famoso Home Care. Pacientes paliativos que conseguem internação domiciliar, via de regra, possuem muito menos chances de contaminação do que no ambiente hospitalar, além de estarem mais próximos de seus familiares, o que costuma prolongar sua expectativa e qualidade de vida.

Falar sobre esse tema é falar sobre dignidade. Sobre como o sistema trata as pessoas quando elas mais precisam. E isso não pode ser visto como um detalhe ou uma etapa secundária da assistência.

O crescimento dos programas é um passo importante, mas não encerra a discussão. Ele apenas abre uma pergunta que ainda precisa ser respondida: quem garante que esse tratamento está sendo prestado da forma que deveria?

Sem enfrentar essa questão, o risco é transformar avanço em aparência, e tratamento paliativo em estatística.

*Advogada especialista em Direito à Saúde